

PROJETO

# Reação em Cadeia



PROJETO

# Reação em Cadeia







# "REAÇÃO EM CADEIA"

## **MPT expõe o rastro invisível da exploração da escravidão moderna no Brasil**

Volume financeiro identificado ultrapassa R\$ 48 bilhões em operações comerciais entre empresas no topo da cadeia e fornecedores incluídos na Lista Suja do trabalho escravo

# O que os olhos não veem, a cadeia conecta

Durante muito tempo, a ideia de que o trabalho escravo contemporâneo era um fenômeno isolado, restrito a confins rurais ou a pequenos negócios informais, prevaleceu no imaginário brasileiro. Essa percepção, contudo, é um mito que não resiste à análise dos dados. A exploração moderna não apenas persiste, como se sofisticou: ela está integrada a cadeias produtivas complexas, que conectam a violação na ponta da linha às prateleiras dos grandes mercados e ao consumo diário de milhões de brasileiros.

Este documento apresenta os resultados consolidados da fase 1 do projeto “Reação em Cadeia”, uma iniciativa estratégica do Ministério Público do Trabalho (MPT) para iluminar essas conexões invisíveis. Ao invés de olhar apenas para o flagrante isolado, o MPT mudou o foco para o rastro do produto. A pergunta deixou de ser apenas “quem explora?” para se tornar “quem lucra com o trabalho escravo?”

Ao longo desta primeira etapa, Procuradores do Trabalho em diversas regiões do país produziram mais de 30 relatórios técnicos de rastreamento, dissecando o caminho de mercadorias e serviços em setores críticos da economia. A consolidação desses dados nacionais revela um cenário desafiador: grandes empresas e grupos econômicos, muitas vezes com faturamentos bilionários, figuram como beneficiários diretos ou indiretos de uma força de trabalho aviltada.

Nas páginas a seguir, traduzimos a linguagem técnica jurídica para dados visuais e acessíveis. Você encontrará um mapa inédito de como setores que vão da construção civil ao agronegócio, passando pelo setor têxtil, se estruturam sobre a precarização extrema. Mais do que números de empresas notificadas ou trabalhadores resgatados, este relatório é um convite para que a sociedade, a imprensa e o mercado compreendam os elos que unem a exploração ao lucro, além de compartilhar responsabilidade com o consumidor.

A escravidão moderna não é um problema de “alguns”, é uma falha sistêmica de todos. E o primeiro passo para quebrá-la é expor os elos dessa corrente.

## EMPRESAS COM TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA FIRMADOS E AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AJUIZADAS

Termo de Ajuste de Conduta (TAC)	Ação Civil Pública (ACP)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agropecuária Nova Gália;</li> <li>• Âncora Siderúrgica Ltda;</li> <li>• Balbinos Agroindustrial - Eireli</li> <li>• Bonna Vitta Indústria e Comércio Ltda;</li> <li>• Gol Combustíveis S/A;</li> <li>• Município de Soledade;</li> <li>• Município de Taperoá;</li> <li>• Sidermin Siderúrgica Mineira Ltda;</li> <li>• Viena Siderúrgica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil Global Agroindustrial Ltda;</li> <li>• C M Distribuidora de Alimentos Ltda;</li> <li>• Cargill Agrícola;</li> <li>• JBS S.A;</li> <li>• RRX Comércio de Carnes Eireli.</li> </ul>

## RESULTADO DA ATUAÇÃO DO MPT

O QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EXIGE:



# MPT REVELA REDE DE EXPLORAÇÃO DE PROPORÇÕES INÉDITAS NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

EXECUTADO SIMULTANEAMENTE EM TODO O PAÍS, 30 RELATÓRIOS TÉCNICOS DE RASTREAMENTO APONTAM NOVE SETORES ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA ENVOLVIDOS

Mais de 30 empresas líderes foram formalmente notificadas para prestar esclarecimentos sobre transações comerciais com fornecedores flagrados em situação de trabalho escravo. O volume financeiro rastreado ultrapassa R\$ 48 bilhões em operações comerciais entre empresas no topo da cadeia e fornecedores incluídos na "Lista Suja" do Ministério do Trabalho e Emprego.

O projeto "Reação em Cadeia" revelou uma rede de exploração de proporções inéditas no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Na primeira fase, executada simultaneamente em praticamente todas as Procuradorias Regionais do Trabalho, mais de 30 relatórios técnicos de rastreamento, abrangendo nove setores econômicos estratégicos da economia brasileira, foram produzidos.



Mais de 30 empresas notificadas por transações com fornecedores da "**Lista Suja**"

Quanto aos trabalhadores beneficiados, o impacto é tanto direto quanto preventivo. Diretamente, os resgates que fundamentam as investigações já alcançaram milhares de trabalhadores. Indiretamente, a responsabilização das empresas líderes tem potencial de beneficiar toda a cadeia de trabalhadores vinculados a esses setores, uma vez que a adoção obrigatória de medidas de devida diligência em direitos humanos pelas empresas no topo tende a produzir efeito cascata de melhoria das condições de trabalho em todos os elos da cadeia produtiva.



Ligados ao  
**trabalho escravo**

## PROBLEMA É SISTÊMICO NAS CADEIAS PRODUTIVAS ANALISADAS



Desde **1995**  
**65.000** trabalhadores  
foram resgatados  
no Brasil

O rastreamento das cadeias produtivas feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) evidenciou que empresas de grande porte, líderes no respectivo setor, mantêm relações comerciais com fornecedores flagrados em trabalho escravo sem adotar medidas efetivas de prevenção. Não são casos isolados ou pontuais. Em diversos setores, como siderurgia, distribuição de alimentos e etanol, identificou-se que inúmeras empresas no topo da cadeia compravam sistematicamente de fornecedores já incluídos na lista comprovadamente flagrados submetendo pessoas a condições análogas à escravidão.

O projeto "Reação em Cadeia" demonstra que o trabalho escravo contemporâneo está profundamente enraizado nas cadeias de fornecimento de grandes empresas e marcas de projeção nacional e internacional. Os "gatos" e as pequenas oficinas são apenas a parte visível de um problema que se estende até às maiores empresas do país.

Entre os investigados estão algumas das maiores redes de supermercados do Brasil, multinacionais do setor de alimentos, gigantes da siderurgia, grandes varejistas de moda, tradings de commodities agrícolas e distribuidoras de combustíveis. São empresas listadas em bolsa de valores, com faturamento

bilionário, programas de compliance e relatórios de sustentabilidade.

O rastreamento evidencia que essas empresas se beneficiam da exploração ao adquirir, potencialmente, produtos por valores artificialmente mais baixos do que aqueles que seriam praticados caso a produção observasse os direitos trabalhistas e humanos. Essa redução de custos decorre justamente da sonegação de garantias básicas ao trabalhador. Essas empresas falham de forma sistemática na adoção de medidas efetivas de devida diligência em direitos humanos, capazes de prevenir ou mitigar violações em suas cadeias de fornecimento. A responsabilidade, portanto, não pode mais ser atribuída exclusivamente ao "gato" ou ao pequeno fornecedor: ela alcança quem detém o poder econômico de estruturar, dirigir e lucrar com toda a cadeia produtiva.



## EMPRESAS INVESTIGADAS FIGURAM ENTRE AS MAIORES DO BRASIL

NA ZONA RURAL, CASOS SE CONCENTRAM NA PECUÁRIA, PRODUÇÃO DE CARVÃO, CAFEICULTURA, CORTE DE CANA, CULTIVO DE SOJA, EXTRAÇÃO DE SISAL E MANDIOCA. NAS CIDADES, O TRABALHO ESCRAVO ESTÁ NA INDÚSTRIA TÊXTIL E NA CONSTRUÇÃO CIVIL



O volume de transações comerciais rastreadas ilustra esse porte. Apenas duas redes varejistas do setor supermercadista movimentaram mais de R\$ 40 bilhões em compras de fornecedores com trabalho escravo identificado em sua cadeia. Distribuidoras de combustíveis ultrapassaram R\$ 1,8 bilhão em compras de etanol de usinas flagradas.

No setor siderúrgico, as transações rastreadas superam R\$ 1,2 bilhão. No têxtil, grandes varejistas de moda movimentaram mais de R\$ 126 milhões com fornecedores vinculados a trabalho escravo.



- Supermercados: R\$ 40 bilhões em compras de fornecedores irregulares;
- Agropecuária: mais de R\$ 3,2 bilhões movimentados;
- Combustíveis (Etanol): R\$ 1,8 bilhão em transações;
- Siderurgia: R\$ 1,2 bilhão em operações rastreadas;
- Moda (Têxtil): R\$ 126 milhões vinculados a trabalho escravo.

O trabalho escravo contemporâneo no Brasil não conhece fronteiras entre o rural e o urbano. O projeto "Reação em Cadeia" identificou violações graves em ambos os contextos, revelando que a exploração se adapta às características de cada setor econômico.

Na zona rural, os casos se concentram em atividades como pecuária, carvoejamento para siderurgia, cafeicultura, produção de etanol (corte de cana), cultivo de soja, extração de sisal e mandioca.

Nos centros urbanos, o trabalho escravo se manifesta com força na indústria têxtil – em oficinas de costura que abastecem grandes marcas de moda – e na construção civil. Nas oficinas, casos de trabalhadores imigrantes, inclusive bolivianos, submetidos a jornadas de até 16 horas diárias, restrição de alimentos como forma de punição, alojamentos precários no próprio local de trabalho e remuneração por peça em valores que impossibilitam a subsistência digna, foram identificados. Na construção civil, trabalhadores são aliciados para obras em capitais e regiões metropolitanas em condições análogas à escravidão.

Veja os setores identificados na primeira fase do projeto "Reação em Cadeia":



## ATUAÇÃO EM “CADEIA” É MAIS EFICAZ DO QUE FISCALIZAÇÃO PONTUAL

A atuação tradicional, focada exclusivamente no empregador direto flagrado submetendo pessoas a condições análogas à escravidão é necessária, mas insuficiente. Os números comprovam: após quase 30 anos de fiscalização, com mais de 65 mil trabalhadores resgatados, os casos não diminuem. Ao contrário, anualmente se mantêm estáveis ou aumentam.

O modelo de fiscalização pontual enfrenta limitações, responsabilizando o elo mais fraco da cadeia – geralmente pequenos produtores rurais, “gatos” ou oficinas de costura –, enquanto as empresas que efetivamente lucram com a exploração permanecem blindadas. O empregador direto, descapitalizado, muitas vezes sequer consegue pagar as indenizações devidas aos trabalhadores. E, sem pressão sobre quem está no topo, a demanda por mão de obra barata continua, e novos fornecedores substituem os que foram flagrados.

A atuação em cadeia inverte essa lógica. Ao responsabilizar as empresas líderes, que têm capacidade econômica para transformar a realidade, o projeto ataca a raiz do problema.

Além disso, a responsabilização das empresas líderes tem efeito multiplicador. Uma única ação contra uma grande rede de supermercados ou uma trading de commodities pode impactar milhares de fornecedores, que passarão a ser monitorados. É uma estratégia de prevenção em escala, não apenas de repressão caso a caso.

O que muda para o trabalhador na ponta?

Para o trabalhador, a atuação em cadeia representa uma mudança concreta de perspectiva. Isso porque, ao exigir medidas de devida diligência em direitos humanos de empresas líderes, todos os fornecedores da cadeia produtiva dessas empresas serão impelidos a garantir e respeitar os direitos humanos dos trabalhadores. Na prática, o comprador (empresa líder) de determinado produto fiscalizará o seu fornecedor para que respeite os direitos dos trabalhadores, prevenindo a ocorrência de trabalho escravo e de violações a direitos humanos.

O projeto busca assegurar, de forma ampla, o respeito aos direitos humanos de todos os trabalhadores dos setores rastreados, gerando um impacto transformador na realidade.

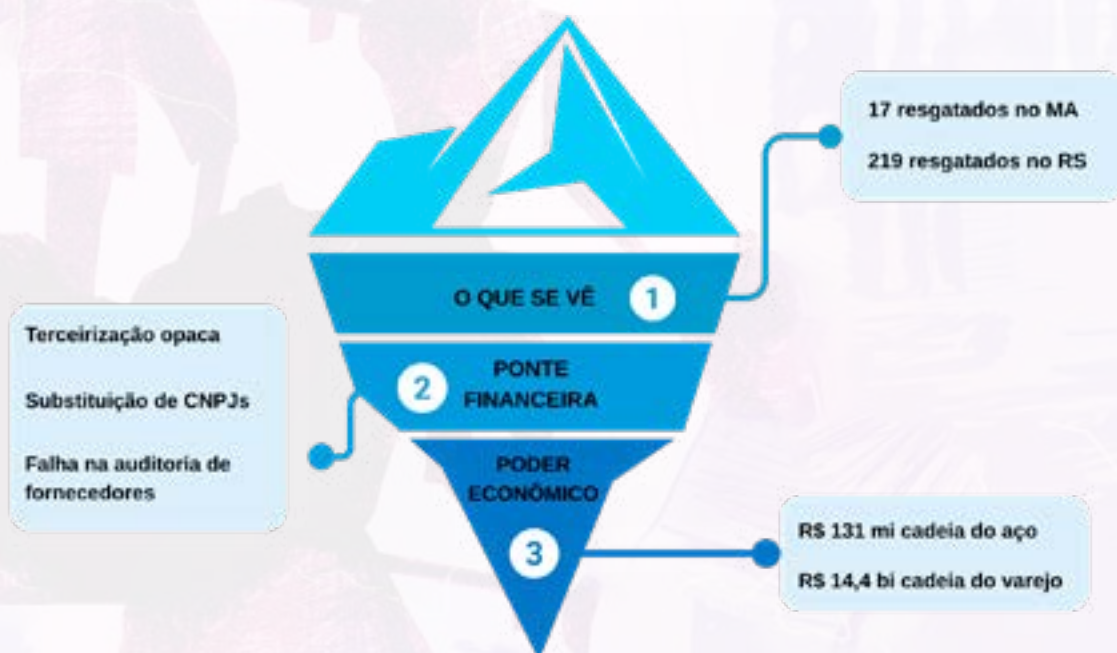
# Duas histórias da escravidão moderna no Brasil

## CASO 1

### AÇO MANCHADO

Os elos da cadeia da escravidão moderna

A história começa longe dos escritórios climatizados, sob o sol do interior do Maranhão. O cenário é o Povoado Liso, na zona rural de Mirador, ou talvez a Fazenda Brejo do Meio. A geografia muda, mas a realidade é a mesma: o carvoejamento.



## A fornalha humana

João [nome fictício para representar os 17 trabalhadores resgatados nas carvoarias de Mirador, Amaterra e Mata Fria] não dorme uma noite inteira há meses. O relatório descreve sua rotina brutal: ele é um carbonizador. Seu dia começa às 4h ou 5h da manhã.

Durante o dia, ele barrela os fornos (veda com barro), sob uma fumaça tóxica e um calor infernal. Seu trabalho não termina quando o sol se põe. Às 19h, ele janta e volta aos fornos. À meia-noite, ele acorda para checar a queima.

Às 3h da manhã, acorda de novo. É uma jornada exaustiva, de dia e de noite, sem descanso semanal, sem feriados.

Ao lado dos fornos, em um barraco precário, está Maria (representando as cozinheiras encontradas). Ela está sozinha para alimentar 25 homens famintos. Carrega água, limpa os alojamentos sujos e cozinha no calor intenso, das 4h às 20h.

A violência é a linguagem de gestão. Em um episódio aterrorizante capturado pelas lentes da fiscalização, um trabalhador conhecido como Júnior foi amarrado e espancado porque, supostamente, “bebeu umas pingas”. O encarregado não só cometeu a tortura, como fotografou o homem amarrado e exibiu a foto nas outras carvoarias como um aviso macabro: “Assim que eu faço com quem não quer trabalhar”.

Essas empresas – Mirador Indústria, Amaterra e Mata Fria – operam na ilegalidade dos direitos humanos, mas seus produtos têm um destino certo e nobre.

## **A indústria do aço**

A centenas de quilômetros dali, a realidade é metálica e fria. Estamos diante de grandes siderúrgicas, gigantes do setor. Aqui, o carvão vegetal produzido com o suor e o sangue de João e Maria não é chamado de sofrimento. Ele é chamado de insumo.

As siderúrgicas precisam desse combustível para produzir ferro-gusa. E ela paga bem por isso.

A relação é simbiótica. A siderúrgica, a empresa líder, beneficia-se dos custos baixos de produção, que só são possíveis porque, na ponta da linha, alguém está trabalhando em condições análogas à escravidão.

## **A cegueira deliberada**

O elo mais perturbador dessa corrente não é a ignorância, mas a indiferença. Quando a fiscalização bateu nas carvoarias em 2021 e 2022, resgatando trabalhadores e expondo a barbárie, a lógica seria que as siderúrgicas cortassem laços imediatamente. Mas o *compliance* das empresas falhou.

Elas continuaram comprando das carvoarias, mesmo após a inclusão da Mirador na “Lista Suja” do trabalho escravo. As siderúrgicas compraram insumos de empresas flagradas com trabalho escravo antes, durante e depois das fiscalizações.

## **O jogo dos CNPJs**

Quando a pressão aumentou e os nomes das fornecedoras ficaram sujos demais, o sistema se adaptou, como um vírus mutante. Os donos das carvoarias – o grupo econômico ligado a Sirlei Martins Amaral – simplesmente mudaram o rótulo. A produção de carvão – feita nos mesmos fornos, pelas mesmas mãos – passou a ser faturada por uma nova empresa: a Verdes

Agros Indústria e Comércio Ltda.

Para as siderúrgicas, o problema parecia resolvido no papel. A partir de 2022, as compras se concentraram massivamente na nova Verdes Agros. Era uma tentativa de mascarar a cadeia de fornecimento, comprando da mesma fonte, mas sob uma roupagem jurídica limpa.

## **O peso da responsabilidade**

A história de João, amarrado no mato, e a história dos milhões de reais transferidos para grandes siderúrgicas são a mesma história. O relatório do Ministério Público do Trabalho conclui que elas não apenas sabiam, ou deveriam saber, mas que se beneficiaram economicamente dessa estrutura criminosa. As empresas falharam em seu dever de vigilância, optando pelo lucro em detrimento da dignidade humana. O projeto “Reação em Cadeia” busca exatamente isto: quebrar esses elos invisíveis. Não basta punir o feitor na mata; é preciso responsabilizar quem financia a fornalha. Enquanto o aço brilhar às custas do carvão sujo, a corrente da escravidão moderna permanecerá intacta.



## **CASO 2**

### **O CORREDOR DO AÇOUGUE A CARNE E O SANGUE**

Você para diante do balcão de carnes. A marca é famosa, processada pela gigante JBS S/A. O que você não vê é a origem desse bife.

Longe dali, na Fazenda Serra Rica ou nas propriedades de fornecedores como Lenir Maria Pimenta, a realidade é brutal. Enquanto o gado é tratado como ativo valioso, os seres humanos vivem em barracos de lona plástica e chão de terra. Eles bebem água de grotas, a mesma usada pelos animais, armazenada em baldes sujos, sem qualquer garantia de potabilidade.

Entre 2014 e 2025, gigantes supermercadistas compraram cerca de R\$ 2,6 bilhões em produtos da JBS. Mesmo quando fiscalizações resgataram trabalhadores em condições análogas à escravidão nas fazendas fornecedoras da JBS – em 2016, 2018, 2021, 2022 e 2025 –, o fluxo de dinheiro do supermercado para o frigorífico nunca parou. O escâner revela: seu bife tem um custo oculto de dignidade humana.

## **O vinho amargo**

Você segue para a seção de bebidas. Garrafas de suco de uva e vinhos das marcas Aurora, Garibaldi e Salton sugerem celebração, mas a safra de 2023 guarda um segredo sombrio.

Na serra gaúcha, 210 trabalhadores contratados por uma terceirizada – a Fênix – para colher as uvas dessas vinícolas foram resgatados. Eles não celebravam. Eram vigiados, coagidos e viviam sob ameaça. A fiscalização encontrou até spray de pimenta e máquinas de choque usadas para disciplinar os trabalhadores.

Esses supermercados compraram dezenas de milhões de reais dessas vinícolas ao longo dos anos, continuaram abastecendo suas prateleiras, enquanto, no campo, homens eram tratados como propriedade.

## O café e a mandioca

No corredor de alimentos matinais, o café e os produtos derivados de mandioca parecem inofensivos.

Mas o escâner da realidade mostra um adolescente de 16 anos colhendo café em Minas Gerais, longe da família, trazido do Maranhão por “gatos”, os aliciadores. Mostra também os trabalhadores da mandioca no Paraná, que comiam sentados no chão, sob o sol, porque não havia refeitório. Eles eram transportados em kombis velhas, dirigidas por pessoas sem habilitação, sentadas ao lado de facões e galões de gasolina – uma bomba-relógio sobre rodas.

O dinheiro fluiu, validando uma cadeia onde o trabalhador, curvado sobre a terra, não tinha sequer um banheiro para usar, escondendo-se atrás de sacos de colheita para fazer suas necessidades.

## A conta que não fecha

Você chega ao caixa. Passa o cartão. O sistema acusa o pagamento, mas a verdadeira dívida não foi paga.

O Ministério Público do Trabalho chama isso de “cegueira deliberada”. Esses gigantes supermercadistas, como empresas líderes, têm o poder e o dever de vigiar suas cadeias produtivas. No entanto, o relatório “Reação em Cadeia” mostra que eles sistematicamente compraram de fornecedores incluídos na “Lista Suja” do trabalho escravo ou flagrados em fiscalizações.

Ao final, a história revela que a escravidão moderna não é um acidente isolado; é uma engrenagem lubrificada pelo dinheiro das grandes corporações. Essas empresas líderes podem ter se beneficiado dos baixos custos de produção gerados por essa exploração.

Você sai do supermercado com as sacolas cheias, mas agora sabe: o peso que você carrega é maior do que parece. É o peso de uma cadeia que precisa ser quebrada.



